



B1

ISSN: 2595-1661

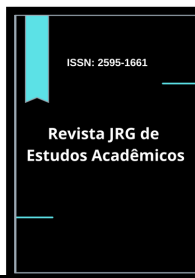
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portal.periodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Políticas públicas de educação e desenvolvimento regional no litoral sul paulista: limites da progressão continuada e desafios territoriais

Public education and regional development policies on the southern coast of São Paulo: limits of continuous progression and territorial challenges

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3057

ARK: 57118/JRG.v9i20.3057

Recebido: 11/03/2026 | Aceito: 16/03/2026 | Publicado on-line: 17/03/2026

Fernanda Ferreira Gomes

<https://orcid.org/0000-0003-3704-8844>

<http://lattes.cnpq.br/1744342088236655>

Universidade Federal de Alagoas, AL, Brasil

E-mail: fernandaferreira@unitins.br

Aristóteles Pantoja de Almeida

<https://orcid.org/0000-0003-3704-8844>

<https://lattes.cnpq.br/3659641442950655>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: aristoteles.pa@unitins.br

Andrea Pereira da Conceição

<https://orcid.org/0000-0002-5501-8772>

<http://lattes.cnpq.br/4522263197844207>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: andrea.pc@unitins.br

José Fernando Bezerra Miranda

<https://orcid.org/0000-0001-8134-2106>

<https://lattes.cnpq.br/8740725588483348>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: jose.fb@unitins.br



Resumo:

O presente artigo analisa a correlação entre as políticas públicas de educação e o processo de desenvolvimento regional no Litoral Sul Paulista. A região, composta por municípios como Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá, apresenta um cenário de contrastes entre a preservação ambiental e a vulnerabilidade social. Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, investiga-se como a gestão educacional pode atuar como vetor de redução de desigualdades. Discute-se o impacto de programas como a progressão continuada e a necessidade de infraestrutura adequada. Os resultados indicam que o desenvolvimento regional depende de uma educação integrada às vocações locais, como o turismo sustentável e a preservação ambiental.



Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Litoral Sul Paulista. Educação.

Abstract:

This article analyzes the correlation between public education policies and the regional development process on the Southern Coast of São Paulo. The region, comprising municipalities such as Itanhaém, Peruíbe, and Mongaguá, presents a scenario of contrasts between environmental preservation and social vulnerability. Through a qualitative bibliographic review, it investigates how educational management can act as a vector for reducing inequalities. The impact of programs such as continuous progression and the need for adequate infrastructure are discussed. The results indicate that regional development depends on education integrated with local vocations, such as sustainable tourism and environmental preservation.

Keywords: Regional Development. Public Policies. Southern Coast of São Paulo. Education.

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca do desenvolvimento regional e local no Brasil contemporâneo é indissociável da análise das políticas públicas, dada a trajetória histórica de desigualdades territoriais e socioeconômicas que marcam a formação do país. Em um cenário de ampla extensão territorial e realidades regionais heterogêneas, o conceito de desenvolvimento não pode mais ser compreendido exclusivamente sob a ótica restrita do crescimento econômico. Pelo contrário, o verdadeiro desenvolvimento deve incorporar dimensões sociais, culturais e, primordialmente, educacionais. Sobre essa mudança de paradigma, Sen (2010) argumenta:

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também nos permite ser seres sociais completos, exercendo nossas próprias capacidades. (SEN, 2010, p. 46).

Dentro desta perspectiva, as políticas públicas educacionais assumem um papel estratégico e transformador, funcionando como o principal instrumento de intervenção do Estado capaz de responder às demandas de inclusão social. No estado de São Paulo, o Litoral Sul revela uma realidade complexa, caracterizada por um paradoxo geográfico: abriga o maior contínuo remanescente de Mata Atlântica do país, mas enfrenta vulnerabilidades sociais que contrastam com a riqueza de outras regiões paulistas. Furtado (2013) reforça que o desenvolvimento é um processo de mudança social onde a valorização da cultura local é fundamental para evitar que a riqueza seja drenada para centros externos. No Litoral Sul Paulista, a economia dependente do turismo sazonal impõe uma dinâmica de instabilidade que reflete diretamente no ambiente escolar, gerando rotatividade e evasão.

Nesse contexto, a educação surge como vetor indispensável para a emancipação cidadã. Contudo, a eficácia dessas políticas depende da capacidade de diálogo com o território. Como observa Arretche (2012), a eficácia de uma política pública está ligada à sua capacidade de responder às especificidades locais. No caso do litoral, ignorar a



identidade caíra e as restrições ambientais limita os resultados na redução de desigualdades.

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida as políticas públicas de educação, especialmente o regime de progressão continuada, conseguem responder às especificidades territoriais e promover o desenvolvimento regional efetivo no Litoral Sul Paulista?

Para responder a essa problemática, o presente ensaio teórico-analítico tem como objetivo geral avaliar os limites da gestão educacional na região e identificar quais mecanismos impactam a formação do capital humano frente às vocações locais. Busca-se analisar se a gestão, através de programas como a progressão continuada e investimentos em infraestrutura, influencia o desenvolvimento regional e a autonomia dos sujeitos, fundamentando-se na premissa de que o desenvolvimento sustentável da região depende de uma educação que integre o conhecimento acadêmico às vocações territoriais.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-analítico, desenvolvido sob uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A opção por esta modalidade justifica-se pela necessidade de ir além do levantamento bibliográfico, buscando realizar uma análise crítica e reflexiva sobre a articulação entre as políticas públicas educacionais e as dinâmicas do desenvolvimento regional no Litoral Sul Paulista.

Diferente de uma revisão bibliográfica convencional, o ensaio teórico-analítico permite uma construção discursiva fundamentada na interpretação de fenômenos sociais complexos, onde o autor assume uma postura analítica diante das teorias consolidadas. Sobre a importância desse método para a compreensão de realidades regionais, Marconi e Lakatos (2019) esclarecem:

A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente, o que é fundamental para compreender as complexidades históricas e sociais de um determinado objeto de estudo, possibilitando o exame de dados dispersos em inúmeras publicações. (MARCONI; LAKATOS, 2019, p. 192).

A análise fundamentou-se no cruzamento de fontes teóricas e dados secundários, permitindo uma investigação profunda que Minayo (2014) define como o trabalho com o universo dos significados, motivos e atitudes, impossíveis de serem reduzidos a variáveis puramente numéricas. Para sustentar o caráter analítico do ensaio, foram utilizados dados de órgãos oficiais, como o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), visando confrontar as diretrizes normativas com os indicadores de realidade do território.

O recorte temporal estabelecido compreende o período entre 2014 e 2024, garantindo a contemporaneidade das discussões frente às mudanças legislativas recentes no Brasil. A interpretação dos dados e teorias seguiu a técnica de análise de conteúdo, focando na identificação de convergências e divergências sobre a progressão continuada e a infraestrutura escolar frente às vocações locais.



3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. O Conceito de Desenvolvimento: Do Crescimento Econômico à Expansão das Liberdades

A compreensão contemporânea acerca do que constitui o desenvolvimento regional atravessou profundas transformações epistemológicas ao longo do século XX. Originalmente, as teorias clássicas de desenvolvimento convergiam quase exclusivamente para o acúmulo de capital e a industrialização acelerada como motores unívocos do progresso das nações. Todavia, o pensamento estruturalista, capitaneado por autores como Furtado (2013), revolucionou essa perspectiva ao demonstrar que o crescimento econômico isolado não é capaz de garantir a melhoria substantiva das condições de vida de uma população. Para o autor, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo multidimensional de mudança social, que pressupõe a criação de novas estruturas produtivas e, fundamentalmente, a valorização da cultura local, impedindo que a riqueza gerada territorialmente seja drenada por centros econômicos externos.

Nesse contexto, a abordagem das capacidades de Amartya Sen complementa e expande essa visão ao deslocar o eixo central do desenvolvimento das mercadorias para as pessoas. O autor defende que o desenvolvimento deve ser interpretado como o processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos desfrutam para levar a vida que têm razão para valorizar. Sob este prisma, a educação deixa de ser instrumentalizada apenas como um meio para incrementar a produtividade do trabalho e ascende à condição de um fim em si mesma, uma vez que amplia a agência do sujeito e sua capacidade de intervir autonomamente sobre o próprio destino. Sobre essa expansão das capacidades humanas, Sen (2010) assevera:

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também nos permite ser seres sociais completos, exercendo nossas próprias capacidades e interagindo com o mundo em que vivemos e no qual influímos. (SEN, 2010, p. 46).

Dessa forma, ao transpor tal arcabouço teórico para a análise do Litoral Sul Paulista, depreende-se que o desenvolvimento regional não pode ser mensurado estritamente pelo incremento do fluxo turístico ou pela valorização do mercado imobiliário sazonal. É imperativo investigar se a organização social e as políticas educacionais garantem à população local o acesso a uma formação que lhes permita transitar com autonomia entre as oportunidades disponíveis. Caso contrário, o território permanece fadado a reproduzir ciclos de subemprego e exclusão social, decorrentes da carência de capacitação técnica e da ausência de uma base educacional que fomente o protagonismo regional e a cidadania ativa.

3.2. Políticas Públicas e a Gestão Territorial no Brasil

As políticas públicas constituem-se como ferramentas fundamentais de intervenção estatal, todavia, sua eficácia encontra-se intrinsecamente vinculada à arquitetura organizacional do Estado e à forma como este se relaciona com as diversas esferas de poder subnacionais. No cenário brasileiro, o processo de descentralização



administrativa, impulsionado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, buscou aproximar o núcleo de decisão das realidades locais, conferindo aos entes municipais uma autonomia formal na gestão do ensino fundamental. No entanto, observa-se que a centralização de recursos financeiros e a imposição de agendas normativas federais ou estaduais, muitas vezes, obliteram as especificidades territoriais, impedindo que as demandas locais sejam plenamente atendidas por um modelo de gestão que se pretenda democrático e eficiente.

Conforme analisa Arretche (2012), a arquitetura do federalismo brasileiro contemporâneo estruturou um sistema de cooperação complexo, no qual os municípios assumiram o protagonismo na execução direta das políticas sociais, embora permaneçam em uma situação de dependência acentuada em relação às transferências de recursos de esferas superiores. Este cenário revela-se particularmente desafiador para sub-regiões com baixa arrecadação própria e limitada base industrial, como ocorre em diversas municipalidades do Litoral Sul Paulista. Nestas localidades, a escassez de autonomia fiscal limita a capacidade de inovação pedagógica e a manutenção de infraestruturas escolares de alta qualidade, subordinando o desenvolvimento educacional regional aos ciclos de repasses governamentais.

A gestão estratégica do território exige, portanto, que a política educacional não seja concebida como uma dimensão isolada das demais intervenções governamentais. A articulação entre educação, planejamento urbano e desenvolvimento econômico é o que garante a sustentabilidade das ações públicas. Sobre a necessidade dessa integração entre os objetivos centrais e as demandas territoriais, Oliveira e Lima (2003) asseveram:

O desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região. (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 36).

Dessa forma, em territórios caracterizados por rigorosas restrições de uso do solo e vocações geográficas específicas, como o Litoral Sul, a instituição escolar deve atuar como um centro de inteligência territorial. Cabe à educação formar cidadãos aptos a gerir o patrimônio ambiental e cultural de forma sustentável, evitando que o progresso regional seja sinônimo de degradação dos recursos naturais. A gestão territorial eficaz é aquela que utiliza a educação como o elo entre a preservação do bioma e a inserção da população em cadeias produtivas locais, promovendo um desenvolvimento que seja, simultaneamente, economicamente viável e ecologicamente equilibrado.

3.3. A Educação como Direito Social e Vetor de Inclusão

A compreensão da educação como um direito social fundamental, conforme preconizado pela Carta Magna de 1988, pressupõe que o Estado deve prover não apenas o acesso formal e físico à instituição escolar, mas assegurar, primordialmente, a qualidade social do ensino ofertado. Este conceito de qualidade social está intrinsecamente ligado ao princípio da equidade, que demanda uma distribuição de recursos e suportes pedagógicos diferenciada, oferecendo maior amparo àqueles que partem de condições de acentuada vulnerabilidade socioeconômica. Em regiões historicamente negligenciadas por investimentos estruturais, a escola pública assume uma centralidade vital,



constituindo-se, muitas vezes, como o único espaço democrático de acesso à cultura letrada, às novas tecnologias e à formação necessária para o exercício pleno da cidadania ativa e crítica.

Nesse contexto, as transformações observadas nas políticas educacionais brasileiras ao longo das últimas décadas lograram êxito na universalização da matrícula, todavia, deixaram lacunas profundas no que tange ao aprendizado efetivo e à permanência qualificada. A inclusão escolar, portanto, sob uma ótica transformadora, não pode ser reduzida à mera presença estatística do discente em sala de aula. Para que a educação atue efetivamente como um vetor de desenvolvimento regional, torna-se imperativo que ela promova o letramento científico e o desenvolvimento de competências cognitivas superiores. Somente através de uma base educacional sólida é que o estudante será capaz de compreender as complexas teias da realidade em que está inserido, desenvolvendo a agência necessária para atuar sobre o seu território de forma consciente, autônoma e emancipatória.

4. DINÂMICA TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICA DO LITORAL SUL PAULISTA

A região do Litoral Sul Paulista, composta por municípios como Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe, apresenta uma configuração territorial singular. Caracterizada por abrigar o maior contínuo remanescente de Mata Atlântica do país, a região vive o desafio de equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico de uma população em crescimento.

De acordo com dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2024), o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) revela que, embora a região possua áreas de alta valorização imobiliária voltadas ao turismo, o tecido urbano interiorano concentra famílias em situação de vulnerabilidade. O crescimento demográfico da região, superior à média do estado de São Paulo em períodos sazonais, pressiona a demanda por serviços públicos educacionais sem a contrapartida imediata de postos de trabalho qualificados no setor formal.

Furtado (2013) destaca que o subdesenvolvimento é uma condição estrutural e não apenas uma fase. No Litoral Sul, essa estrutura é visível na baixa diversificação produtiva. A dependência excessiva do setor de serviços e do comércio de baixa qualificação reflete diretamente na percepção escolar, visto que os jovens enfrentam dificuldade em visualizar a escola como um caminho para a inserção profissional qualificada no próprio território, o que acaba por alimentar os índices de evasão escolar, especialmente no Ensino Médio.

4.2. O Conflito entre Preservação Ambiental e Desenvolvimento Industrial

Um dos fatores determinantes e, por vezes, paradoxais para o atual cenário socioeconômico do Litoral Sul é a sua exuberante riqueza ambiental. A região abriga o Mosaico de Unidades de Conservação de Jureia-Itatins, além de vastas extensões de Mata Atlântica primária preservada, o que impõe restrições legais e ambientais rigorosas ao uso do solo e à instalação de grandes empreendimentos industriais ou de infraestrutura pesada. Embora essa preservação constitua um ativo inestimável para o equilíbrio ecológico do estado de São Paulo e para a manutenção de serviços ecossistêmicos globais, ela gera um tensionamento estrutural no debate sobre o desenvolvimento regional, uma



vez que as formas tradicionais de geração de emprego e renda são cerceadas pela legislação ambiental vigente.

A ausência histórica de políticas públicas transversais que transformem a preservação ambiental em um motor econômico sustentável através do fortalecimento do ecoturismo, da bioeconomia e da economia verde faz com que a região sofra com a baixa arrecadação tributária e a escassez de investimentos estruturantes. Para o sistema educacional, este cenário de restrições produtivas exige uma reformulação curricular urgente: a educação ambiental não pode mais ser tratada como um tema abstrato ou transversal descolado da realidade, mas sim como uma possibilidade concreta de profissionalização e agência econômica. Sem essa integração estratégica, a instituição escolar corre o risco de formar indivíduos para um mercado de trabalho inexistente no território local, estimulando o êxodo compulsório de jovens qualificados para outras regiões do estado, o que esvazia o capital intelectual do Litoral Sul e perpetua o ciclo de estagnação regional.

4.3. A Sazonalidade e seus Reflexos no Ambiente Escolar

A dinâmica do turismo sazonal, motor econômico da região, exerce uma influência direta e, sob a ótica pedagógica, muitas vezes prejudicial no cotidiano das instituições de ensino. Durante os meses de alta temporada, coincidentes com os períodos de recesso ou início do ano letivo, uma parcela significativa das famílias dos estudantes envolve-se de forma intensa em atividades informais de comércio e prestação de serviços. Esse movimento pendular gera um fenômeno crítico de absenteísmo escolar e fadiga discente; muitos jovens acabam auxiliando seus núcleos familiares em jornadas de trabalho excessivas e insalubres, o que compromete severamente o rendimento acadêmico, a absorção de conteúdos e a continuidade do processo de aprendizagem sistemática.

Além do impacto direto na aprendizagem, a sazonalidade atrai um fluxo migratório temporário e desordenado que pressiona a capacidade de atendimento dos serviços públicos municipais, incluindo a rede escolar, que muitas vezes não possui dotação orçamentária para lidar com picos súbitos de demanda. A instabilidade de renda das famílias ao longo do ano civil reflete-se em episódios recorrentes de insegurança alimentar e vulnerabilidade emocional dos alunos. Esse cenário exige que a escola assuma um papel institucional que extrapola a função estritamente pedagógica, transmutando-se em um centro de assistência, acolhimento e proteção social. Portanto, qualquer política pública de educação que pretenda ser efetiva no Litoral Sul deve, obrigatoriamente, considerar essas flutuações territoriais e econômicas, garantindo que o cronograma e a lógica de ensino não sejam interrompidos ou subjugados pela lógica predatória do mercado sazonal.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: LIMITES E DESAFIOS

5.1. Progressão Continuada e Qualidade do Ensino

A implementação do regime de progressão continuada no estado de São Paulo, embora fundamentada na democratização do acesso e no combate à exclusão por repetência, encontra no Litoral Sul um gargalo crítico. A análise teórica empreendida neste ensaio sugere que, sem um acompanhamento pedagógico intensivo e personalizado, o sistema corre o risco de tornar-se um mecanismo de fluxo administrativo que desconsidera a aprendizagem real do estudante.



Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicam que municípios da região apresentam historicamente dificuldades em atingir as metas estabelecidas para os anos finais do Ensino Fundamental. Isso demonstra que a progressão, quando desarticulada de políticas de reforço e de condições socioeconômicas favoráveis, pode camuflar déficits de letramento e raciocínio lógico que comprometem a formação do capital humano regional.

5.2. Infraestrutura Escolar e Acesso no Território

A infraestrutura escolar é um pilar fundamental para o desenvolvimento regional, pois o ambiente físico atua como mediador do processo de ensino-aprendizagem. Conforme o Relatório de Indicadores de Infraestrutura Escolar (INEP, 2021), observa-se que as unidades escolares do Litoral Sul Paulista enfrentam desafios específicos, como a necessidade constante de manutenção devido à alta salinidade e umidade da região, além da carência de laboratórios de ciências e espaços de tecnologia avançada.

Enquanto as diretrizes educacionais centrais preconizam a digitalização e a inovação, a realidade territorial esbarra na falta de equipamentos que dialoguem com as vocações locais, a exemplo de laboratórios voltados ao monitoramento ambiental, biologia marinha ou gastronomia sustentável. A ausência desses recursos, conforme proposto pela teoria de Sen (2010), limita a expansão das capacidades humanas e restringe o potencial da educação como vetor de autonomia e transformação da realidade socioeconômica do litoral.

5.3. A Formação Docente frente à Vulnerabilidade Social

Outro pilar fundamental e incontornável na análise das políticas públicas educacionais é a valorização e a formação permanente dos profissionais da educação. No cenário específico do Litoral Sul Paulista, o corpo docente enfrenta desafios hercúleos relacionados à alta vulnerabilidade social que permeia a vida de uma parcela considerável dos estudantes. Nesse contexto, a atuação do professor sofre uma transmutação necessária: ele deixa de ser estritamente um mediador de conteúdos acadêmicos para se tornar, muitas vezes, o principal ponto de suporte emocional e social para alunos que lidam com estruturas familiares complexas, insegurança alimentar e carências materiais profundas. Essa carga extraclasse exige do profissional competências que extrapolam a formação inicial acadêmica, demandando uma sensibilidade pedagógica aguçada para identificar e intervir em realidades que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

As políticas de formação continuada oferecidas pelo Estado, contudo, frequentemente operam sob uma lógica de padronização que nem sempre contempla as especificidades e as urgências desta realidade regional. Há uma necessidade premente de programas de capacitação que preparem o docente para gerir salas de aula profundamente heterogêneas e para implementar metodologias ativas que estabeleçam uma conexão dialógica com o universo do jovem litorâneo. Além da formação técnica, a valorização docente que engloba planos de carreira atrativos e condições de trabalho dignas apresenta-se como uma condição indispensável para que os profissionais se fixem na região. A alta rotatividade de professores em municípios periféricos ou isolados rompe a continuidade dos projetos pedagógicos e fragiliza os vínculos afetivos e comunitários



essenciais para o sucesso educacional. Portanto, o fortalecimento do capital humano docente é, em última análise, o alicerce para a construção de uma educação que não apenas escolarize, mas que impulsiona o desenvolvimento regional de forma consistente, ética e humanizada.

6. ANÁLISE TEÓRICO-ANALÍTICA: LIMITES E PERSPECTIVAS NO LITORAL SUL

Nesta seção, procede-se à articulação entre os referenciais teóricos e os indicadores regionais apresentados, avaliando de que forma as políticas educacionais dialogam com as necessidades do território.

6.1. O Conflito entre a Progressão Continuada e a Aprendizagem Real

A análise da política de progressão continuada no Litoral Sul Paulista, quando confrontada com a perspectiva de Libâneo (2012), revela uma desarticulação entre o fluxo administrativo e a qualidade pedagógica. Libâneo argumenta que a gestão escolar não deve focar apenas na organização do sistema, mas garantir que o aprendizado ocorra de fato para promover a inclusão social efetiva.

Ao observar os dados de proficiência do INEP citados anteriormente, infere-se que a progressão, embora evite a exclusão por retenção, pode estar gerando uma exclusão cognitiva. No contexto de vulnerabilidade apontado pelo SEADE (2024), a falta de um reforço pedagógico robusto faz com que o aluno avance nas séries sem o letramento necessário. Sob a ótica de Sen (2010), isto representa uma limitação das capacidades do indivíduo, pois a escolaridade sem aprendizagem não expande as liberdades reais de escolha profissional do jovem na região, que acaba limitado às oportunidades de baixa qualificação.

6.2. A Educação como Vetor de Autonomia e Desenvolvimento Territorial

Para que a educação no Litoral Sul atue como vetor de desenvolvimento, é imperativo que as políticas superem a visão padronizada e considerem as especificidades locais. Arretche (2012) enfatiza que a eficácia de uma política pública depende da sua capacidade de adaptação às realidades federativas e territoriais, o que exige um olhar mais atento às demandas de cada município.

A análise dialógica entre a carência de infraestrutura técnica e a dependência do turismo sazonal demonstra que a escola na região falha ao não oferecer uma formação que dialogue com a economia marinha e a preservação ambiental. A ausência de laboratórios e currículos voltados às vocações locais impede que o capital humano seja o protagonista do desenvolvimento regional sustentável. Portanto, os limites identificados neste ensaio não são apenas pedagógicos, mas estruturais, exigindo uma integração estratégica entre a gestão escolar e o planejamento territorial do Litoral Sul Paulista.

6.3. Articulação Intersetorial: Educação, Cultura e Turismo

Um resultado central e determinante desta análise é a constatação de que a educação, enquanto política pública, não pode operar de forma isolada ou estanque das diretrizes de cultura e turismo. O desenvolvimento regional sustentável, em sua acepção mais profunda, exige que o estudante reconheça o valor histórico, antropológico e ambiental do Litoral Sul Paulista para que possa, futuramente, empreender e atuar profissionalmente em seu próprio locus. Nesse sentido, a instituição escolar deve ser



consolidada como o espaço primordial onde se discute a identidade caiçara e o patrimônio natural não apenas como conceitos contemplativos, mas como ativos econômicos e sociais estratégicos para a emancipação da comunidade.

A discussão final reforça que a gestão pública contemporânea deve caminhar, obrigatoriamente, para um modelo de governança multinível e intersetorial, no qual o Estado e as municipalidades colaborem de forma mais estreita e menos hierárquica. A descentralização administrativa, conforme proposta e analisada por Arretche (2012), deve vir acompanhada de uma efetiva autonomia financeira e técnica, para que as secretarias municipais de educação possuam a musculatura institucional necessária para adaptar as diretrizes genéricas estaduais às demandas singulares de suas comunidades litorâneas.

A integração entre currículo escolar e as cadeias produtivas do turismo sustentável e da economia criativa é o que permite a retenção de talentos na região. Somente através de uma educação que reconheça o território como um espaço dinâmico de saber, de memória e de oportunidade real, será possível transformar o Litoral Sul Paulista em um paradigma de desenvolvimento regional equitativo, capaz de conciliar o bem-estar social de sua população com a preservação rigorosa de seus ecossistemas. A articulação entre o saber acadêmico e a vocação territorial é, portanto, o caminho para converter o potencial regional em prosperidade compartilhada e resiliente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do presente artigo permitiu evidenciar que as políticas públicas de educação desempenham um papel estratégico, multidimensional e insubstituível no processo de desenvolvimento regional e local. Tal relevância acentua-se em contextos marcados por profundas desigualdades socioeconômicas e rigorosas restrições territoriais, como o cenário observado no Litoral Sul Paulista. Os avanços registrados nas últimas décadas, sobretudo no que concerne à universalização do acesso à educação básica e à implementação de mecanismos de permanência estudantil, representam conquistas substantivas no campo das políticas sociais brasileiras. Todavia, os desafios persistentes delineados nesta pesquisa indicam que a expansão quantitativa do sistema ainda não foi plenamente acompanhada por uma elevação qualitativa capaz de transformar, de forma estrutural e efetiva, a realidade produtiva e social da região.

Os resultados discutidos demonstram que a efetividade das políticas educacionais está intrinsecamente vinculada à sua agilidade em reconhecer e integrar as especificidades regionais ao currículo e à gestão. Políticas formuladas de maneira centralizada e padronizada, sob uma lógica de "tamanho único", tendem a apresentar limitações severas em seus impactos territoriais, muitas vezes reforçando disparidades históricas entre o centro dinâmico e as periferias regionais do estado. No caso específico do Litoral Sul, torna-se imperativo que a gestão educacional estabeleça um diálogo permanente com as vocações ambientais e turísticas, transmutando o potencial ecológico da Mata Atlântica em oportunidades reais de qualificação técnica e geração de renda para a juventude local.

Ademais, este estudo reafirma a necessidade premente de uma avaliação crítica e contínua dos programas educacionais, com destaque para o sistema de progressão continuada. A investigação indicou que, embora tal política seja um pilar para evitar a exclusão escolar precoce e o estigma da repetência, sua sustentabilidade demanda uma



infraestrutura de apoio pedagógico e uma formação docente continuada que, muitas vezes, não encontram ressonância na ponta do sistema. Sem investimentos maciços em reforço escolar qualificado, tecnologia de ponta e valorização real dos profissionais da educação, a progressão corre o risco de se converter em uma aprovação meramente burocrática, comprometendo a formação de sujeitos críticos e aptos a intervir na dinâmica regional com autonomia e agência.

A educação deve ser compreendida, portanto, como um investimento social de longo prazo e como o principal mecanismo para a expansão das capacidades humanas, em consonância com os pressupostos de Amartya Sen. Para o Litoral Sul Paulista, o fortalecimento de polos de educação técnica e superior, integrados de forma orgânica às demandas de sustentabilidade e economia verde, constitui o caminho mais viável para o rompimento da dependência histórica do turismo sazonal e do subemprego. A inclusão social plena e a emancipação dos sujeitos só serão alcançadas quando a instituição escolar for capaz de oferecer uma formação que valorize a identidade caiçara e o território, ao mesmo tempo em que conecta o estudante às exigências tecnológicas e científicas do mundo contemporâneo.

Em última análise, este estudo reafirma a urgência de uma governança mais colaborativa, multinível e descentralizada, na qual o Estado e as municipalidades atuem de forma articulada e financeiramente sustentável. Espera-se que as reflexões e dados aqui apresentados contribuam para o adensamento do debate acadêmico e sirvam como subsídio técnico para a formulação de políticas públicas mais eficazes, sensíveis às territorialidades e comprometidas com um projeto de desenvolvimento que coloque a dignidade humana e a preservação ambiental em posição de centralidade. A transformação socioeconômica do Litoral Sul Paulista é um projeto coletivo que passa, inevitavelmente e de forma prioritária, pela ressignificação das salas de aula.

8. REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/Fiocruz, 2012.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Ideb: resultados e metas**. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de Indicadores de Infraestrutura Escolar**. Brasília, DF: INEP, 2021.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Gaivota, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)**. São Paulo: SEADE, 2024. Disponível em: <https://www.seade.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2024.



SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Painel de Municípios: Litoral Sul Paulista**. São Paulo: SEADE, 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.